

## **O conceito de Deus na filosofia de Thomas Hobbes**

Marcelo Martins Bueno<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho procurará analisar o conceito de Deus na filosofia de Thomas Hobbes. Diferentemente de Descartes, seu contemporâneo, que em sua prova ontológica, comprova a existência de Deus pelos efeitos, para Hobbes, Deus será objeto de crença e terá um papel preponderante em seu pensamento, desvinculando-o da ciência, da epistemologia e da política.

**Abstract:** The present work will try to analyze the concept of God in Thomas Hobbes's philosophy. Differently from Descartes, his contemporary, that in his ontological proof, proves the existence of God by its effects, for Hobbes, God will be object of faith and will have a preponderant role in his thought, divesting him of science, epistemology and politics.

O interesse de Thomas Hobbes sobre as questões religiosas é resultado do momento histórico inglês, que foi marcado por uma série de disputas e conflitos políticos causados pelo combate de forças parlamentaristas, que desejavam uma monarquia parlamentar, e das forças da nobreza absolutista, que defendiam um governo monárquico com poderes absolutos. Grande parte de sua obra e de sua vida esteve associada a questões envolvidas em tais disputas, das quais participou como filósofo ativo que defendia as idéias absolutistas, o que lhe valeu sérios problemas e períodos de exílio.

Hobbes desenvolveu um intenso interesse pela filosofia aliado às preocupações políticas e religiosas. Manteve contato com Francis Bacon (de quem foi secretário) e Galileu (a quem visitou), filósofos e cientistas que respeitava como produtores de conhecimento e de quem assumiu algumas características, e com Descartes (por meio de cartas e de amigos comuns) de quem discordava. Elaborou um sistema no qual o estudo da sociedade e as propostas políticas associavam-se ao estudo e às propostas sobre o processo de produção do conhecimento.

Pode-se afirmar que a filosofia hobbesiana é uma espécie de meio termo entre o racionalismo e o empirismo; isso não significa que o autor tenha se deixado levar pelo fundamento das duas correntes e que tenha tentado conciliá-las. Seu objetivo era outro, ou seja,

---

<sup>1</sup> O autor é mestre e doutorando em Filosofia Política pela PUC-SP, coordenador e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP. E-mail: marcelobueno@mackenzie.br

impor à razão e à experiência um modo particular de vida comum, isto é, relacionando-as. É evidente que, ao percorrer essa época histórica, notar-se-á a presença decisiva da orientação baconiana (empirismo) e do caminho proposto por Descartes (racionalismo); dessa forma, o autor não será exceção.

Já do ponto de vista estritamente hobbesiano, nota-se a originalidade de sua filosofia, porque é no campo do racionalismo que ele tentará fundamentar suas teses empiristas, inclusive a matéria religiosa.

Tudo advém das objeções de Thomas Hobbes às *Meditações Metafísicas*, de Descartes. O debate entre ambos possibilita entender melhor o pensamento hobbesiano. O ponto de partida para Descartes era buscar uma verdade primeira que não pudesse ser colocada em dúvida. Para isso criou um procedimento muito peculiar, a dúvida metódica, em que começa duvidando de tudo, das afirmações do senso comum, dos sentidos, da realidade do mundo exterior, do corpo, dos argumentos e das verdades inferidas pelo raciocínio. O objetivo é livrar-se de tudo que seja duvidoso para o pensamento, porque algumas idéias se apresentam duvidosas e confusas e outras são claras e distintas, assim, o pensamento pode oferecer com segurança ao espírito um conjunto de regras que deverão ser obedecidas para se chegar à veracidade de um conhecimento.

Todas essas dúvidas só serão interrompidas mediante o seu próprio ser, porque se há dúvida é porque existe o ser que duvida, ou seja, se duvido, penso; se penso, existo. Eis o ponto de partida para a construção de toda a teoria cartesiana. É importante deixar claro que este “eu” cartesiano é puro pensamento, um ser pensante, pois a realidade do corpo, coisa externa, foi posta em dúvida. Este será o ponto central da discórdia com Thomas Hobbes, uma vez que, para esse, a existência do pensamento dependerá de um corpo.

É a partir desta polêmica que ambos trocarão algumas cartas por intermédio de amigos em comum, especialmente padre Mersenne, que será o grande interlocutor deste período, e o próprio Descartes ao publicar suas teorias responderá às objeções levantadas por Hobbes. Em um dado momento das objeções, Hobbes aceita que o conhecimento da proposição “eu existo” possa depender do conhecimento da proposição “eu penso”. Dessa forma, aceita a célebre frase de Descartes: “Penso, logo existo”, mas levanta uma indagação: de onde viria o conhecimento da proposição “eu penso”? Ele mesmo responde de maneira objetiva, afirmando que não podemos conceber qualquer ato sem seu sujeito, isto é, uma coisa que pensa é alguma coisa corporal.

Sem dúvida, Descartes se oporá frontalmente a tal conclusão, afirmando que nem todas as coisas são corpóreas e que os sujeitos dos atos são entendidos como substâncias, ou matérias e até matérias metafísicas, portanto, não apenas como corpos. E vai mais longe, reafirmando seu dualismo<sup>2</sup>, ao dizer que existem duas substâncias, uma extensa, corpórea; outra espiritual, pensante.

A substância extensa são os atos chamados corporais como a grandeza, a figura, o movimento; esses atos, sim, residem em corpos. Já as substâncias espirituais, são os atos que chamamos de intelectuais como o querer e o imaginar, que dependem do pensamento, da consciência e do conhecimento, residindo em uma “coisa que pensa”, que não tem qualquer afinidade com os corpos. Com isso Descartes conclui categoricamente que o pensamento, a consciência e o conhecimento diferem totalmente do corpo (extensão). Ele afirmou:

Para começar, pois, este exame, noto aqui, primeiramente, que há grande diferença entre espírito e corpo, pelo fato de ser o corpo por sua própria natureza sempre divisível e o espírito inteiramente indivisível. Pois, com efeito, quando considero meu espírito, isto é, eu mesmo, na medida em que sou apenas uma coisa que pensa, não posso aí distinguir partes algumas, mas me concebo como uma coisa única e inteira. E, conquanto o espírito todo pareça estar unido ao corpo todo, todavia um pé, um braço ou qualquer outra parte, estando separada do meu corpo, é certo que nem por isso haverá aí algo de subtraído a meu espírito. (...) E isso bastaria para ensinar-me que o espírito ou a alma do homem é inteiramente diferente do corpo (...) (DESCARTES, 1962, pp.194 e 195).

Mesmo após essas afirmações feitas por Descartes, Thomas Hobbes mantém a sua idéia de que o sujeito do pensamento é corporal e vai mais longe, defendendo a idéia de que o raciocínio é apenas uma reunião e encadeamento de nomes pela palavra “é”; ou seja, afirma que pela razão não se conclui nada no que se refere à natureza das coisas, mas só às suas denominações; dessa forma, conclui que pela razão apenas conseguimos observar se reunimos bem ou mal os nomes das coisas. A partir de tais afirmações radicaliza, defendendo a idéia de que a existência do raciocínio dependerá de nomes, que dependerão da imaginação, e esta dependerá do movimento dos órgãos corporais; assim, o espírito não será outra coisa senão um movimento em certas partes do corpo orgânico. Desta forma, volta à sua primeira indagação, na qual defende a tese de que o pensamento para existir depende de uma coisa corpórea; confrontando-se com

---

<sup>2</sup> O jusnaturalista Christian Wolff define como dualismo a admissão da existência de substâncias materiais e espirituais. Esse foi o significado que se tornou mais comum e difundido na tradição filosófica. Para ele, o fundador do dualismo seria Descartes, que reconheceu a existência de duas espécies diferentes de substâncias: a corpórea e a espiritual.

Descartes, que afirma jamais poder existir uma conciliação, ou sequer aproximação, entre espírito e movimento; o que Hobbes tentará contestar, provar e demonstrar.

Indiscutivelmente, continuará afirmando que tudo é material (corpo e alma) e mecânico, estabelecendo a primazia da razão que também é transformada em puro mecanismo. Neste ponto se estabelece o distanciamento de Descartes, que considerava mecânico e material apenas o corpo, atribuindo à alma um estatuto imaterial, indispensável à produção de conhecimento. Entretanto, os dois pensadores aproximavam-se na valorização que emprestavam à ciência como o caminho para transformação e aprimoramento da vida humana. A noção de inércia, aprendida de Galileu, permitiu a Hobbes afirmar que tudo, conhecimento, homem, sociedade, natureza, está submetido a leis mecânicas determinadas, ou seja, toda sua teoria pode ser sintetizada pelo nome de filosofia mecanicista. Essa sua visão determinista e mecanicista do mundo visava exclusivamente servir de suporte para uma justificativa do estado natural conflituoso, pois, no mundo em constante movimento de corpos, o seu entrechoque é inevitável e neste processo o conflito entre os homens existirá, já que são corpos como quaisquer outros e também se encontram sujeitos aos movimentos do universo.

O importante do debate acerca do dualismo entre Hobbes e Descartes, recai sobre a questão da existência de Deus, que como será mostrado, terão posições antagônicas, haja vista que para Hobbes está evidente que não somos capazes de conceber algo que não tenha sua origem nas sensações.

Partindo dessa análise, o autor procurará explicar como os corpos exteriores afetam o corpo humano e neste produzem as percepções e os fenômenos que deles dependem. Afirma que os movimentos dos corpos exteriores afetam os sentidos, que seriam colocados em movimento também, chegando ao cérebro e, daí, ao coração. A partir deste processo, começaria o movimento de reação, ou seja, um sentido inverso, constituindo a sensação; que é o princípio do conhecimento e de onde tudo seria derivado; isto é, seria um encadeamento de significações. Esse princípio do conhecimento, Hobbes afirma ter encontrado em uma análise individual da natureza humana e com um método muito peculiar:

Quanto ao método que empreguei, pensei que não me bastava usar um estilo claro e evidente, mas que era necessário começar pela própria matéria do governo civil, depois tratar de sua forma e geração, e da primeira origem da justiça. Pois todas as coisas são mais bem entendidas através de suas causas constitutivas. Pois assim como em um relógio, ou em qualquer outra máquina autômata, não podemos conhecer bem a matéria, a figura e o movimento das roldanas senão se o desmontamos; assim, na investigação

dos direitos dos Estados e dos deveres dos súditos é necessário, eu digo, não dissolver o Estado, mas considerá-lo como se ele estivesse dissolvido, quer dizer, é preciso entender qual é o natural dos homens, o que é que os torna próprios ou incapazes de formar Estados, e como é que devem estar dispostos aqueles que querem se reunir em um Estado sobre bons alicerces (HOBBS, 1998, p.13).

Assim, o conhecimento para Hobbes advém do contato dos objetos com o corpo dos homens, através dos órgãos dos sentidos, num processo mecânico, já que para o autor todo corpo está sempre em movimento. O objeto atua externamente em relação ao corpo, pelos olhos, ouvidos ou qualquer parte do corpo. Origina-se, então, a sensação que produz uma variedade de aparências. Para Hobbes, não existe outra concepção no intelecto humano que não tenha sido recebida totalmente ou em parte, anteriormente, pelos órgãos dos sentidos.

Quando o objeto atua diretamente no órgão próprio de cada sentido, seu efeito é a sensação, neste decurso passa a produzir uma série de deslocamentos por pressão que chegam até o cérebro, produzindo a aparência, que é formada de dentro para fora. Os homens dão o nome a essa aparência ou fantasia de sensação, que consiste, de acordo com o pensador inglês, para o olho, em uma luz ou cor figurada; para o ouvido, um som; para o nariz, um odor; para a língua ou paladar, um sabor; para o resto do corpo, calor, frio, aspereza, suavidade e diversas outras qualidades que se distinguem através da sensação. Todo o processo da sensação nada mais é do que os movimentos das matérias ou corpos, cuja aparência constitui para nós uma fantasia, estando acordado ou dormindo.

A imagem é produto da reflexão do objeto em nossa mente, como num espelho. O resultado é que uma coisa é o objeto e a outra é a imagem ou fantasia. Portanto, as sensações em todos os casos, são meras fantasias, isto é, movimentos das coisas externas sobre os órgãos dos nossos sentidos.

O movimento de um corpo qualquer é iniciado quando outro corpo em movimento o atinge, provocando uma reação. Quando já está em movimento, pode ser detido por algum obstáculo, mas não pára imediatamente, o que ocorrerá gradualmente. A retenção dos objetos que é a imagem criada pela visão e pelos demais sentidos é denominada pelos latinos de imaginação, já os gregos denominavam fantasia, que quer dizer aparência, valendo para todos os sentidos. A imaginação é a imagem retida na mente, só que não a predominante, e sim a debilitada.

A debilitação das sensações no homem em estado de vigília não é o enfraquecimento do movimento das sensações, no sentido de cessar esse movimento, tal debilitação é uma obscuridade em que outras imagens se sobrepõem. Somente a imagem predominante é sensível,

quando nossos olhos, ouvidos e órgãos recebem a reflexão dos corpos externos não nos apercebemos das demais reflexões, como no exemplo dado por Hobbes:

De fato as estrelas não exercem a virtude que as faz brilhar menos durante o dia que à noite. Porém, assim como entre as diferentes solicitações que nossos olhos, nossos ouvidos e nossos órgãos recebem dos corpos externos, somente a predominante é sensível e, sendo predominante a luz do Sol, nossos sentidos não são impressionados pela luz das demais estrelas (HOBBS, 1974, p.15).

A impressão provocada por um objeto em nossa visão permanece mesmo quando afastado, quando há uma nova impressão de um novo objeto, há uma debilitação do anterior, que é denominada de imaginação e quanto maior o tempo transcorrido, mais fraca ficará a imaginação. Como o corpo está sempre em movimento, ocorrem várias mudanças, as partes das sensações anteriores são destruídas, o mesmo ocorre com o corpo humano com o passar dos anos, há um envelhecimento, portanto, quando queremos expressar um objeto ou um fato ocorrido não se consegue lembrar os detalhes, é como se fosse olhar um objeto muito distante, a essa tentativa chama-se de memória.

A imaginação e a memória são a mesma coisa, mas possuem nomes diversos dependendo da situação. A memória de muitas sensações é chamada experiência, enquanto a imaginação são coisas percebidas pelos sentidos, isto é, de uma vez e por partes, em tempos diferentes. Hobbes dividiu a imaginação em duas características: simples e composta. A primeira é a reflexão do objeto na mente, ocorre quando alguém retém a imagem de um homem e de um cavalo que viu anteriormente, já a segunda, é a reflexão dessas duas imagens combinadas, resultando na imagem de um centauro. É neste sentido que Hobbes estabelece que Deus será objeto de veneração e admiração, em virtude de seus atributos ilimitados, porém como só concebemos algo a partir das sensações, a idéia de Deus será usada não para nos fazer concebê-lo, mas para que possamos venerá-lo.

Quando estamos em estado de sono, a imaginação se dá através dos sonhos, que são imagens percebidas anteriormente pelos sentidos. Nesse estado, o cérebro e os nervos que são necessários às sensações, ficam apáticos, dificilmente se movem pela ação dos objetos externos e em consequência não há produção de novas imaginações e nem outros sonhos, somente o que advém da movimentação dos órgãos internos do corpo humano. Os órgãos da sensação, como

estão em estado de letargia, não sofrem ação dos corpos externos, então não existe outro objeto que a debilite ou a domine com uma impressão mais vigorosa.

Praticamente é impossível distinguir o que é sonho e o que é sensação, quando adormecido, pois as imagens são algumas vezes absurdas quando se sonha, não há uma coerência de pensamento. Quando se está desperto há uma análise do absurdo do sonho; assim, quando desperto, tem-se ciência de que não se está sonhando, enquanto em estado de sono pensa-se estar desperto.

Os sonhos podem ser causa de qualquer destemperança em algumas partes internas do corpo, que Hobbes exemplifica com a paixão natural. Quando acordado, gera o desejo que produz calor em determinadas partes do corpo; assim, também, o excesso de ardor nessas partes, quando adormecido, produz no cérebro a imagem de algum desejo nesse sentido. Em síntese, nossos sonhos são, às vezes, o inverso de nossas imagens no estado de vigília, só que, quando despertos, o movimento se inicia em um extremo e quando dormimos, em outro.

Sendo assim, preocupações derivadas de movimentos externos dificultam o discernimento entre o sonho e o pensamento. Neste estado, não se consegue dormir, de fato, devido ao movimento interno que provoca fantasias, impedindo de perceber a realidade.

Devido à incapacidade de distinguir um estado do outro, o homem pode tornar-se dependente de manipuladores que, sob pretexto de crenças, agem de acordo com os seus interesses e utilizam o nome de Deus em vão.

Observa-se que as pessoas cumprem regras ou se portam de acordo com conveniências pré-estabelecidas, porque não têm o conhecimento real, são somente imagens condicionadas, que resultam em aparências, daí o medo de serem rejeitadas, excluídas, maltratadas por pessoas persuasivas que invadem e violentam os seus direitos como, por exemplo: à vida, à propriedade e à liberdade. Isso ocorre em todos os tipos de comunidade.

Por isso, a razão tem um papel preponderante na filosofia hobbesiana, apesar de ser um uso aperfeiçoado da imaginação, pela aplicação correta da análise (descobertas de definições e noções pela experiência) e da síntese (conclusões retiradas das deduções das primeiras idéias) e sua função será imprescindível para o desenvolvimento do processo de conhecer.

O que Thomas Hobbes quer deixar claro é que o conhecimento humano é explicado a partir do entrechoque de corpos, que os coloca em movimento, inclusive o corpo humano. Tais movimentos atingem os sentidos, chegando ao espírito, que para ele não passa de um corpo sutil,

repercutindo uns nos outros e derivando tudo, inclusive a ciência. Propõe uma vinculação entre os movimentos dos corpos e os problemas práticos do homem, isto é, o seu relacionamento com os demais, no cotidiano, mostrando que estes são conseqüências e reflexos dos entrechoques dos corpos.

O ponto de partida da análise sobre o movimento do corpo humano é uma reflexão a respeito da igualdade entre os homens no estado natural, principalmente quando se refere ao aspecto físico. Ele afirmou:

A natureza fez os homens tão iguais quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele (HOBBS, 1974, p.78).

Mais adiante no mesmo texto, afirma que no estado natural somos iguais em inteligência e sabedoria:

Pois a natureza dos homens é tal que, embora sejam capazes de reconhecer em muitos outros maior inteligência, maior eloqüência ou maior saber, dificilmente acreditam que haja muitos tão sábios como eles próprios; porque vêem sua própria sabedoria bem de perto e a dos outros homens à distância. Mas isto prova que os homens são iguais quanto a esse ponto e não que sejam desiguais (HOBBS, 1974, p.78).

Da concepção de igualdade entre os homens no estado natural, o autor do *Leviatã* elaborará o conceito de conato (conatus), isto é, o esforço ou empenho. Esse conceito é explicitado detalhadamente na obra *Elementos de Lei Natural e Política*, em que afirma ser o movimento uma resposta do corpo ao estímulo recebido, que consiste no prazer e no desgosto, ou seja, é uma solicitação ou provocação para se aproximar do que agrada ou para se afastar do que desagrada, sendo essa solicitação o esforço primeiro ou começo interno do movimento animal.

Para entender melhor a conceituação do conatus, é necessário o aprofundamento na filosofia hobbesiana, buscando sua fundamentação novamente na idéia de movimento. Deve-se primeiramente considerar as noções de corpo, corpo em movimento e de movimento que envolve a ação de uma força externa ao corpo, que foram básicas para a construção de uma concepção mecanicista de movimento. Da mesma maneira que a noção de conatus se aplica tanto ao movimento dos corpos inanimados como ao dos corpos animados, entre os quais o homem,

também a concepção de movimento mecânico abrangia os corpos inanimados e animados, estendendo-se até a explicação do processo de conhecimento humano.

Dessa forma, o conhecimento só era possível porque os homens eram capazes de ter sensação, imaginação e entendimento. O mecanismo pelo qual, a partir das sensações, chegava-se à imaginação ou pensamento sobre os objetos ou fenômenos aos quais estes se referiam envolvia, na realidade, processos, segundo Hobbes, comuns aos animais e ao homem como indivíduo e como espécie. Neste sentido, tais capacidades eram inerentes à espécie humana e serviam de base a todo o conhecimento que seria produzido pelo homem.

Já a sensação, como já visto, é um processo mecânico, baseado nas noções de movimento e de seres corporais. Nesse mecanismo, os objetos sensíveis afetavam os órgãos sensoriais de forma que se produzisse, nos seres vivos, a sensação, provocada pelo objeto, mas que não se confundia com ele. Hobbes escreveu:

A causa da sensação é o corpo exterior, ou objeto, que pressiona o órgão próprio de cada sentido, ou de forma imediata, como no gosto e tato, ou de forma mediata, como na vista, no ouvido e no cheiro; a qual pressão, pela mediação dos nervos e outras cordas e membranas do corpo, prolongada para dentro em direção ao cérebro e coração, causa ali uma resistência, ou contrapressão, ou esforço do coração, para se transmitir; cujo esforço, porque para fora, parece ser de algum modo exterior. E é a esta aparência, ou ilusão, que os homens chamam sensação. (...) Todas essas qualidades denominadas sensíveis estão no objeto que as causa, mas são muitos os movimentos da matéria que pressionam nossos órgãos de maneira diversa. (...) E do mesmo modo que pressionar, esfregar, ou bater nos olhos nos faz supor uma luz, e pressionar o ouvido produz um som, também os corpos que vemos ou ouvimos produzem o mesmo efeito pela sua ação forte, embora não observada. Porque se essas cores e sons estivessem nos corpos, ou objetos que os causam, não podiam ser separados deles, como nos espelhos e nos ecos por reflexão vemos que eles são, nos quais sabemos que a coisa que vemos está num lugar e a aparência em outro. E muito embora, a uma curta distância, o próprio objeto real pareça confundido com a aparência que produz em nós, mesmo assim o objeto é uma coisa, e a imagem ou ilusão uma outra. De tal modo que em todos os casos a sensação nada mais é do que a ilusão imaginária, causada (como disse) pela pressão, isto é, pelo movimento das coisas exteriores nos nossos olhos, ouvidos e outros órgãos a isso determinados (HOBBS, 1974, pp.13 e 14).

Com tal afirmação, Hobbes esclarece mais objetivamente a compreensão do conatus, partindo da idéia do movimento dos corpos e como estes afetam o corpo humano, produzindo ali sensações que poderão ou não ser positivas, mas que de algum modo estimularão os indivíduos para almejamem ou não tais objetos, para que seus impulsos sejam saciados.

A descrição a seguir de dois processos básicos, dos quais dependeu todo o conhecimento humano, mostra como Hobbes estendeu a concepção de movimento mecânico ao conhecimento. Nos dois processos o movimento é provocado por um agente externo (como, por exemplo, um

objeto), que, agindo sobre uma das partes do organismo (por exemplo, os órgãos do sentido), passa a produzir uma série de deslocamentos, sempre mantidos da mesma forma (por exemplo, a pressão por diversas vias chega ao cérebro). Essa mesma concepção de movimento sustentou, também, a descrição que ele apresentou para as denominadas cadeias de pensamentos ou imaginações, momento seguinte do processo de conhecer. Afirmou Hobbes:

Quando um corpo está em movimento, move-se eternamente (a menos que algo o impeça), e seja o que for que o faça não pode extinguir totalmente num só instante, mas apenas com o tempo e gradualmente, como vemos que acontece com a água, pois muito embora o vento deixe de soprar, as ondas continuam a rolar durante muito tempo ainda. O mesmo acontece naquele movimento que se observa nas partes internas do homem, quando ele vê, sonha, etc; pois após a desaparecimento do objeto, ou quando os olhos estão fechados, conservamos ainda a imagem da coisa vista, embora mais obscura do que quando a vemos. E é a isto que os latinos chamam de imaginação, por causa da imagem criada pela visão, e aplicam o mesmo termo, ainda que indevidamente, a todos os outros sentidos. Mas os gregos chamam-lhe de fantasia, que significa aparência, e é tão adequado a um sentido como a outro. A imaginação nada mais é portanto senão uma sensação diminuída, e encontra-se nos homens, tal como em muitos outros seres vivos, quer estejam adormecidos quer estejam despertos (HOBBS, 1974, p.15).

Desta constatação, Hobbes dividiu as cadeias de pensamento em dois tipos: cadeias livres quando os pensamentos pareciam não ter uma direção determinada e cadeias reguladas quando os pensamentos eram regidos por uma finalidade. Estas últimas, por sua vez, dividiam-se em outros dois tipos.

Para Hobbes, esse último tipo de cadeia, isto é, as reguladas, era condição para produção de conhecimento científico, na medida em que possibilitava a previsão. Entretanto, o conhecimento científico não se resumia nem se confundia com as sensações ou com o pensamento ou imaginação, embora não pudesse deles prescindir. O processo de produção de conhecimento científico era eminentemente um processo lógico e racional, só possível aos homens e, propriamente, começava no momento em que se encerrava o processo iniciado na sensação e terminado na imaginação ou pensamento, como exposto nas citações anteriores.

Antes de discutir o conhecimento científico é interessante destacar a importância atribuída à linguagem, que para Hobbes era própria do homem e requisito necessário e fundamental para a ciência. Era também a mais nobre das invenções porque por meio dela passou-se a formar o discurso mental, através dos nomes o homem teve a condição de comunicar-se verbalmente e não foi diferente com a escrita, que é o registro impresso do conhecimento. O

homem pôde nomear novas coisas que apareciam, com isso armazenou conhecimento, possibilitando a evolução do saber.

A linguagem, ao mesmo tempo em que é absolutamente necessária para o processo de produção de conhecimento, não deveria passar de um instrumento para representar o pensamento. A caracterização que fazia da linguagem e o papel que atribuía a ela na produção de conhecimento têm lhe valido o adjetivo de nominalista.<sup>3</sup> Seu nominalismo é explicitado na íntima relação que estabelecia entre linguagens e critério de verdade e entre linguagem e ciência.

Como a filosofia hobbesiana está sintetizada na concepção mecanicista do mundo, o que ela defende são os fenômenos singulares, pois têm existência real e concreta. Já a linguagem, embora tenha grande importância por expressar nossos pensamentos, está repleta de termos, signos, palavras que não representam uma existência concreta de algo no mundo. Apesar das contradições que dela surgem, Hobbes apresenta dois pontos fundamentais do seu uso para o homem de uma maneira geral:

O uso geral da linguagem consiste em passar nosso discurso mental para um discurso verbal, ou a cadeia de nossos pensamentos para uma cadeia de palavras. E isto com duas utilidades, uma das quais consiste em registrar as conseqüências de nossos pensamentos, os quais podendo escapar de nossa memória e levar-nos deste modo a um novo trabalho, podem ser novamente recordados por aquelas palavras com que foram marcados. De maneira que a primeira utilização dos nomes consiste em servirem de marcas ou notas de lembrança. Uma outra utilização consiste em significar, quando muitos usam as mesmas palavras (pela sua conexão e ordem), uns aos outros aquilo que concebem, ou pensam de cada assunto, e também aquilo que desejam, temem, ou aquilo por que experimentam alguma paixão. E devido a esta utilização são chamados sinais (HOBBS, 1974, p.25).

O conhecimento científico, dessa forma, dependia das sensações e da imaginação ou pensamentos, material sobre o qual se construía o conhecimento. Dependia, também, da linguagem, instrumento necessário para a representação desse material, instrumento necessário, mas não suficiente, já que a ciência devia buscar explicações, descobrir as relações causais entre os fenômenos de forma que se pudesse saber como e quando ocorreriam. É pelo uso da razão que se chega a tais relações. Os raciocínios compunham-se de nomes que eram associados para formar as proposições e de proposições que se ordenavam e que eram compostas como se fossem operações aritméticas, mas que, em última instância, advinham das sensações ou das impressões

---

<sup>3</sup> No pensamento hobbesiano, é possível reduzir conceitos a palavras e significações ideais a significações convencionais; ou seja, são nominalistas os que acreditam que, além das substâncias singulares, só existem os nomes puros e, portanto, eliminam a realidade das coisas abstratas e universais.

dos objetos sensíveis aos homens. Dessa forma, como já apontado, o raciocínio nada mais é do que um resultado extraído pela razão da adição ou subtração de nomes marcados e significados em nosso pensamento.

Para Hobbes, essa concepção de raciocínio aplicava-se não apenas às ciências exatas, mas a todas as áreas do conhecimento, até mesmo à política e ao estabelecimento de leis. Para ele, sempre que o objeto do conhecimento permitisse a “adição ou subtração”, permitiria a ciência, porque o objeto poderia ser submetido à razão. A razão fica reduzida, dessa forma, às operações que possibilitam reproduzir o pensamento. Como a concepção de Deus não pode ser reduzida a este processo, será objeto de reflexão do autor em outros momentos, cabendo aqui tratá-lo como objeto de admiração.

Podemos inferir, assim, que o conhecimento científico dependia de processos que eram habilidades naturais à espécie humana, mas não exclusivos do homem, como a sensação e o pensamento, e de processos, como o raciocínio e a linguagem, que eram possibilidades contidas apenas nos homens, mas que precisavam ser desenvolvidas. A ciência dependia, assim, de todos esses elementos para constituir-se e aí está, talvez, a razão pela qual se atribuem os adjetivos de empirista tanto como de racionalista a Hobbes, pois este desenvolve uma relação entre ambas as teorias.

Associados aos processos de sensação e pensamento e de raciocínio e linguagem, o autor distinguia dois tipos de conhecimentos e afirmava:

Por aqui se vê que a razão não nasce conosco como a sensação e a memória, nem é adquirida apenas pela experiência, como a prudência, mas obtida com esforço, primeiro através de uma adequada imposição de nomes, e em segundo lugar através de um método bom e ordenado de passar dos elementos, que são nomes, a asserções feitas por conexão de um deles com o outro, e daí para os silogismos, que são as conexões de uma asserção com outra, até chegarmos a um conhecimento de todas as conseqüências de nomes referentes ao assunto em questão, e é a isto que os homens chamam ciência. E enquanto a sensação e a memória apenas são conhecimento de fato, o que é uma coisa passada e irrevogável, a ciência é o conhecimento das conseqüências, e a dependência de um fato em relação a outro, pelo que, a partir daquilo que presentemente sabemos fazer, sabemos como fazer qualquer outra coisa quando quisermos, ou também, em outra ocasião (HOBBS, 1974, p.34).

Assim, todas essas características para a produção do conhecimento, resultantes do esforço humano que, segundo Hobbes, possui capacidades ilimitadas, levam à conclusão de que todo empenho humano resultará na tentativa de construir uma sociedade harmônica, baseada nesta racionalidade, garantindo desse modo a coexistência pacífica entre tantos corpos que estão

em constante movimento e que às vezes poderão se tocar e o conflito será sempre iminente. Aqui Deus e as religiões terão um papel preponderante.

Destas concepções podemos sintetizar a filosofia hobbesiana como sendo materialista e mecanicista, isto é, todas as substâncias são materiais, ou seja, corporais e existem sempre em movimento. Deste modo, Hobbes já apontará o papel que Deus terá em sua filosofia, a saber, será objeto de fé e crença.

Para inferir a existência de Deus, Hobbes recorre ao princípio da causalidade. Mostrará por uma inferência racional de uma causa próxima à outra mais distante, e assim sucessivamente até a causa primeira:

Sendo a Onipotência Divina incompreensível, segue-se que não podemos ter qualquer concepção ou imagem da Divindade; e, conseqüentemente, todos os seus atributos significam a nossa inabilidade e defeito de poder para conceber qualquer coisa a respeito de sua natureza, e não qualquer concepção dessa natureza. Exceto apenas essa: há um Deus. Na verdade, os efeitos que reconhecemos naturalmente incluem necessariamente um poder capaz de os produzir, anterior a essa produção; e esse poder pressupõe algo existente que tem tal poder. A coisa que assim existe com poder para produzir deve necessariamente, se não for eterna, ter sido produzida por algo anterior a ela; isto é, novamente, por alguma outra coisa anterior, até que cheguemos a alguma coisa eterna, isto é, ao primeiro de todos os poderes e à primeira de todas as causas. E este primeiro poder ou causa é o que todos os homens chamam de Deus, que implica eternidade, incompreensibilidade e onipotência... (HOBBS, 1986, p.11),

Isto posto, é evidente a distinção que Hobbes faz em conceber e inferir sobre a existência de Deus. Pelo fato de não conseguirmos saber como é Deus, não significa que podemos negar sua existência. Assim, diferente de Descartes, que prova a existência de Deus pelos efeitos, isto é, o homem como ser criado e finito só pode ter a idéia de Deus em seu pensamento porque foi o próprio Deus que a produziu, pois como alguém com tais limitações poderia conceber um ser onipotente, eterno, imutável e infinito, sem a própria ação deste, isto prova sua existência.

Já para Hobbes, por ser um pensador nominalista, o fato de existir o nome não significa sua existência, por isso não devemos ter a pretensão do conhecimento da essência divina, pois pela linguagem conseguimos atribuir nome a tudo inclusive a coisas absurdas, também fazemos isso com o nome de Deus, dando-lhe infinitos adjetivos:

Quem, portanto, não quiser dar a Deus qualquer título além dos que a razão ordena, deve então utilizar aqueles que são negativos, como *infinito*, *eterno*, *incompreensível* etc., ou então superlativos, como *boníssimo*, *altíssimo*, *poderosíssimo* etc., ou ainda indefinidos,

como *bom, justo, forte, criador, rei* e outros análogos. E os usará não por querer dizer o que Deus é – o que seria uma tentativa de circunscrevê-lo dentro dos estreitos limites de nossa fantasia -, mas para confessar nossa admiração e obediência, o que bem convém à humildade e a um espírito disposto a prestar toda a honra que possa a alguém. Pois a razão dita um nome apenas para significar a natureza de Deus, que é *o que existe* ou, simplesmente, *o que é*, e um para sua relação conosco, que é Deus, compreendendo em sua significação rei, senhor e pai (HOBBS, 1998, p.251).

Como para Hobbes tudo é material, a única coisa que podemos afirmar de Deus é que ele é uma substância corporal e não sabemos nada de sua natureza e por isso atribuímos tais nomes pela fé ou pela razão. Porém, sabemos que existe pelo fato de não ter nenhuma causa que o proceda. Assim, podemos dizer que Hobbes inaugura uma nova concepção da essência de Deus. Este não será o fundamento para a ciência, a política e muito menos para o poder do Estado. Nesse sentido, inaugura uma filosofia profundamente humana, onde Deus será objeto de fé e o conhecimento, objeto da ciência.

Bibliografia:

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Torrieri Guimarães; São Paulo: Hemus – Livraria e Editora Ltda, 1966.

DESCARTES. *Obra escolhida*. Trad. J.Guinsburg e Bento Prado Júnior; São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.

HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Trad. Renato Janine Ribeiro; São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva; São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. *A Natureza Humana*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986.

RIBEIRO, Renato Janine. *A marca do Leviatã*. Linguagem e poder em Hobbes. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.